

# Nakano defende a adoção de uma meta para o crescimento

Economia - Brasil

SIMONE CAVALCANTI

SÃO PAULO

Para que a economia brasileira volte a ter crescimento robusto – próximo aos 7% anuais obtidos na década de 70 – e sustentável ao longo dos anos é imprescindível que a atual política macroeconômica seja revista e leve a um ambiente interno propício ao aumento da produtividade. Segundo o diretor do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, é necessário alterar o modelo de ajuste fiscal – que hoje está baseado no aumento de tributos e de gastos correntes – e também a política de câmbio para um sistema administrado.

Nakano, que também é um dos mentores econômicos do candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, lembra que um estudo feito com 23 economias mostrou que sete foram bem-sucedidas em seus ajustes fiscais porque estes foram precedidos pela apreciação cambial e o corte de despesas simultaneamente.

Quando se faz um ajuste forte pelo lado das despesas, explicou, as expectativas para a dívida pública caem, reduzindo

também as de inflação. Isso dá oportunidade para que haja uma política monetária mais expansiva de crédito e, consequen-

**Yoshiaki Nakano**

temente, mais estímulo aos investimentos e ao crescimento. “É preciso adotar medidas consistentes

para quebrar as convenções que se cristalizaram aqui e que

ambém relance a economia para que esta consiga apoio político”, afirmou.

O economista sugere a ado-

ção pelo governo de um mix de

políticas capazes de alcançar os

objetivos econômicos definidos, como uma meta clara de

crescimento econômico. “Pode

ser 5%, 6% ou porque não 7%,

que o País já registrou em ou-

tras épocas”, disse.

No grupo de instrumentos a

sérem adotados, Nakano tam-

bém sugere o alcance do déficit

nominal zero em um prazo de

três anos. Juntamente com isso,

haveria um superávit em conta-

corrente do governo para au-

mentar a taxa de investimento

público geral em 3% do Produc-

to Interno Bruto (PIB). Já os in-

vestimentos em infra-estrutura

estariam entre 5% e 6%. Deve-

ria haver ainda um plano para a

redução da relação entre dívida

pública e produto dos atuais

50% para 30% e da carga tri-

butária para entre 25% e 30%

do PIB – ambos em um prazo

de dez anos.

Assim, disse, estariamos

deixando para trás a política

atual baseada apenas em três

pilares (superávit primário, ta-

xa de câmbio flutuante e polí-

tica de meta de inflação). Este

conjunto que está sendo segui-

do, diz, tem objetivo limitado

e causa problemas como o não

alcance de equilíbrios macroe-

conômicos mais abrangentes,

instabilidades, ciclos de con-

tração e expansão com a semi-

estagnação econômica.

Neste novo desenho não ha-

veria espaço para que Antônio

Delfim Netto, deputado federal

e ex-ministro da Fazenda, chan-

hou de uma estratégia do Ban-

co Central que embute uma fa-

lacia de que é preciso limitar o

crescimento para que a inflação

não volte. “Não há razão para

pensar que o maior crescimento

econômico leve a aceleração da

inflação”, afirmou, ressaltando

que é cada vez mais claro que a

economia brasileira pode cres-

cer mais mantendo o mesmo ni-

vel inflacionário visto hoje.

Nakano complementa e diz acreditar que com o uso de uma nova versão de política fiscal será possível controlar as expectativas de inflação de médio e longo prazos com elevação do crescimento e geração de empregos. Já a adoção de um sistema de câmbio administrado no qual o Banco Central fosse capaz de conciliar o equilíbrio de transações correntes, absorver choques na conta de capitais e auxiliar a meta de inflação geraria uma meta de taxa real de câmbio competitiva que também contribuiria para o aumento do PIB nacional.